

**ENTRE MÃOS, GESTOS E OLHOS: CULTURALIDADE NA VISÃO  
DOS SURDOS (CONSTRUINDO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA  
SURDOS,  
PELOTAS / RIO GRANDE DO SUL / BRASIL)**

*Ângela Machado Tavares\**

*Maurício Aires Vieira\*\**

A idéia de trabalhar a culturalidade e o patrimônio cultural a partir da ótica do sujeito surdo surgiu após uma constatação e um questionamento.

A constatação: a escola regular recebeu - com a introdução recente de programas inclusivos - trabalhou, auxiliou e formou o aluno surdo. Algumas escolas, como é o caso da cidade de Pelotas, formaram alunos em duas modalidades: ensino médio e curso Normal (antigo magistério).

O questionamento: o que fazer com estes cidadãos, agora formados no ensino médio, uma vez que a Universidade (com raríssimas exceções de um ou dois cursos superiores) não está preparada para absorver estas pessoas e prepará-las para uma atividade profissional que as integre cada vez mais na sociedade majoritariamente ouvinte?

A resposta surgiu de uma vivência, no ano de 2005, de algumas iniciativas em que a Universidade Federal de Pelotas, através do Laboratório de Antropologia e Arqueologia, e o Colégio Municipal Pelotense, através de alunos, intérprete e professora de uma turma de primeiro ano do ensino médio, resolveram trabalhar, em nível extracurricular, a questão do

---

\* Licenciada em Matemática e Física. Especialista em Educação para Surdos. Especialista em Educação Ambiental e Educação Matemática. Professora do Colégio Municipal Pelotense.

\*\* Licenciado em Física. Doutor em Educação. Professor Adjunto do Campus Jaguarão. Diretor do Campus Jaguarão. Coordenador do Programa Mais Educação/MEC/SEB/UNIPAMPA. Tutor do Grupo PET-Pedagogia.

patrimônio e a possível inclusão do aluno surdo como pesquisador, monitor e multiplicador dos conhecimentos históricos e culturais referentes a uma outra percepção da Memória coletiva e do Patrimônio Cultural: a percepção da cultura surda.

Estas atividades estavam de acordo com o espírito da orientação oficial existente, hoje, no Brasil, com relação aos **Portadores de Necessidades Especiais**. A Escola Superior do Ministério Público da União, na sua apostila *Considerações sobre os direitos das pessoas com deficiência* (p. 11), adverte-nos que:

... os objetivos da República Federativa do Brasil, expostos no artigo 3º da Lei Maior, em seus incisos I, III e IV (...) postulam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem comum, livre de qualquer forma de discriminação. Também decorre do princípio de igualdade (art. 5º. Inciso I), pois é imperativo tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais. (...) [devendo garantir] a promoção da integração de pessoas com deficiência à vida comunitária (art.203, IV).

Percebemos que a legislação brasileira está bastante avançada em relação aos direitos das pessoas **Portadoras de Necessidades Especiais** (PNEs). Esta legislação se faz cumprir, na área da educação, com o apoio do *Governo Federal*, através de sua *Secretaria de Educação Especial*, que promove cursos de capacitação a todos os professores que trabalham com **PNEs**, auxiliando na elaboração e execução de projetos e estimulando a criação de novas opções e oportunidades de estudo, pesquisa e trabalho nesta área.

Porém, a realidade do dia-a-dia é bem mais complexa que as atividades em escolas ou universidades. Os alunos egressos dos cursos de ensino fundamental ou médio muitas vezes retornam para casa e têm como finalizada sua participação na educação ou na sociedade cultural a qual pertencem. Para aqueles que ambicionam uma efetiva integração destes à nossa sociedade, esta limitação é no mínimo frustrante. No âmbito desta reflexão, e considerando a particularidade de Pelotas como uma cidade com notável riqueza no que se refere a seu Patrimônio cultural, natural e histórico, propusemos construir um projeto de Educação Patrimonial voltado para surdos, com o fito de capacitá-los para atuar na área do Turismo cultural.

De antemão, pensamos que seria necessário um programa educativo holístico, com abordagens introdutórias sobre diferentes formas de Patrimônio cultural (arquitetônico, arqueológico, histórico, antropológico, entre outras), que incluísse algumas questões básicas: O que é turismo? O que é arqueologia? O que são museus e qual sua importância? Nossa meta é conseguirmos capacitar estas pessoas para trabalharem como transmissores da capacidade cultural e intelectual do **cidadão diferente**. Uma premissa norteadora que alicerçou a construção deste projeto é a constatação de que, apesar de ocuparem o mesmo espaço de memórias e vivências coletivas, e portanto por seus laços familiares serem herdeiros do mesmo Patrimônio cultural que os ouvintes, constituem um Outro que vive e interpreta de forma diferente o mundo e a sociedade em que vive, e que portanto, comunicando-se diferentemente, estabelece relações de signo e linguagem distintas na constituição, para si, da Memória coletiva e na forma de significar o Patrimônio cultural.

Enfim, esperamos ser capazes de capacitar estes jovens a apropriarem-se do Patrimônio cultural coletivo, incorporando-o no processo de constituição de sua Identidade social, em um processo dialético de aproximação e distanciamento, de semelhança e diferença, com relação à cultura dos ouvintes: aproximação na medida em que possam significar para si grandes emblemas e signos que se vinculam à Memória coletiva do contexto micro e macro-social ao qual pertencem; distanciamento na proporção em que a diversidade de percepção do mundo leva a uma diferença na composição da Memória social e naquilo que passará a valorizar para si como Patrimônio cultural, que incluirá referenciais específicos à sua cultura surda.

Assim defendemos também o princípio do direito universal à cultura, que pode e deve ser permitida a todos, principalmente àqueles que, por exclusão, estão com frequência alijados do conhecimento e do auto-reconhecimento, dos e nos valores da cultura universal e local.

Queremos com isso contribuir para que nosso aluno surdo busque seu lugar no espaço com respeito e dignidade. E, especificamente para alcançar este objetivo, entendemos que a inclusão dos surdos em um programa de Educação patrimonial pode apresentar grandes virtudes, na medida em que, agindo sobre o fortalecimento da Identidade social e sobre a valorização da Memória coletiva, estas ações educativas integradas têm a virtude de poderem estimular a auto-estima dos cidadãos em formação por

meio do processo educativo, nomeadamente cidadãos que vivenciam formas diversas de exclusão social: portanto, a Educação patrimonial pode ajudar o cidadão surdo a revigorar a sua auto-estima social.

Para relatarmos nossa experiência de criação deste projeto de **Educação Patrimonial para Surdos**, precisamos introdutoriamente discorrer (1) sobre o conceito de **Patrimônio cultural** que nos baliza e (2) sobre o desenvolvimento da **Educação para Surdos**.

### **1) Patrimônio cultural e Educação Patrimonial:**

Nas duas últimas décadas do séc. XX, a **educação patrimonial** cresceu como uma importante dimensão da formação dos cidadãos na democracia moderna, uma vez que estimula o fortalecimento da consciência do caráter público do patrimônio e a identificação e manutenção dos laços de memória com significantes coletivos portadores das memórias sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Por meio da educação patrimonial, busca-se sensibilizar as comunidades sobre a importância de preservar a sua memória; mais que isso, busca-se gerar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, de modo que se perceba que patrimônio não é somente o monumento belo e notável que fala do passado de algumas elites, mas que patrimônio é, outrossim, todo símbolo de memória coletiva, do terreiro à igreja, do sobrado à senzala, das praças públicas aos prédios das escolas, dos antigos armazéns de bairro aos grandes teatros, das canchas retas aos estádios de futebol. A escola, em decorrência da constatação da importância social da educação patrimonial, chamou para si também esta responsabilidade.

Antes de discorrermos sobre estes fatores, é necessário fazer-se algumas considerações sobre o patrimônio que deve ser alvo de ação educativa. Quando falamos aqui de patrimônio, não nos referimos à noção de propriedade ou bens, à qual o termo também se aplica. Patrimônio aqui se refere ao legado social, comum, que é depositário de memórias e de identidades coletivas, que no idioma inglês mais pertinentemente denomina-se *Cultural Heritage*.

Nesse sentido, fala-se de patrimônio cultural. Quando se pensa em patrimônio cultural, o senso comum, em nosso país, costumava pensar somente nas belas artes e nos belos prédios que ornamentam as cidades como resquícios de tempos gloriosos, de grandes feitos e homens notáveis. Essa visão elitista e simplista de patrimônio, que se restringia à

memória social de apenas alguns segmentos sociais (dominantes) e de apenas algumas manifestações dessa memória, está em processo de superação.

Hoje, a própria legislação brasileira referente ao patrimônio cultural propugna a necessidade de preservação, por meio de tombamento, de todos os bens, tangíveis e intangíveis (materiais e imateriais), que se referem à memória dos diferentes segmentos da sociedade.<sup>1</sup> A Constituição de 1988, grande marco de democratização da sociedade e do estado brasileiros, deslocou o conceito de patrimônio constante na legislação de 1937: o patrimônio cultural brasileiro passou a constituir-se, do ponto de vista legal, dos bens de natureza material e imaterial, concernentes à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.<sup>2</sup>

O conceito de patrimônio cultural, antropologizado, passou então a incluir da gastronomia às expressões da diversidade religiosa; no arquitetônico, do requinte das técnicas construtivas e ornamentais dos prédios destinados no passado à elite até as senzalas remanescentes do período escravista ou as casas em arquitetura vernacular erguida por colonos italianos, alemães e franceses no final do séc. XIX.

Decorre, da legislação e da conceituação teórica atual, que “*um bem cultural é todo aquele vestígio da ação humana que possui uma **significação cultural***”. (MACHADO, 2004:14)

O interesse pela educação patrimonial no Brasil, que remonta aos anos 80 do séc. XX, tem aumentado significativamente nos últimos anos. É necessário que o professor que se proponha trabalhar com educação patrimonial tenha um conhecimento genérico sobre a legislação nacional referente ao patrimônio, bem como sobre os conceitos propugnados pelos órgãos internacionais responsáveis pela promoção cultural (UNESCO, ICOM). Hoje a educação patrimonial é formalizada como política pública em escala nacional, na medida em que o IPHAN recomenda o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999), elaborado pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, diretora do Museu Imperial. Neste guia, a educação patrimonial é vista como “*processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens,*

---

<sup>1</sup> Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000.

<sup>2</sup> Constituição do Brasil de 1988, artigo 216.

*e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.”*

A princípio, a educação patrimonial possui dois focos gerais de ação: a educação da comunidade escolar e a educação da comunidade em geral. A educação da comunidade em geral, por sua vez, realiza-se de várias formas. A mais destacada é o turismo cultural, que deve ser entendido não somente como uma atividade lúdica, mas também como uma atividade pedagógica de formação de cidadania, aberta para o diálogo entre o local e o global.

A educação patrimonial, que hoje é assunto na escola, iniciou na verdade nos museus, que, desde a década de 70 do séc. XX, intensificaram em vários países do planeta suas ações educativas. É chegada a hora da Educação Patrimonial ser pensada dentro da escola, como política pública de ensino, considerando sua importância na formação da cidadania, uma vez que a memória é o que impedirá a fragmentação total dos sujeitos (HALBACHS, 1990).

## **2) Educação para Surdos:**

A educação inclusiva, propugnada pela UNESCO, segue princípios que rompem com conceitos outrora vigentes. No passado, os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso eles não freqüentavam escolas. As pessoas surdas, principalmente as que não falavam, eram excluídas da sociedade, sendo proibidas de casar, possuir ou herdar bens e viver como as demais pessoas. Assim, privadas de seus direitos básicos, ficavam com a própria sobrevivência comprometida.

Giralano Cardamo, no século XVI, foi que primeiro, segundo registros, que utilizou sinais para se comunicar com surdos, além da linguagem escrita.

Em 1857, o professor francês Hernest Huet (surdo) veio para o Brasil, a convite do imperador D. Pedro II, para fundar a primeira escola para meninos surdos de nosso país: *Imperial Instituto de Surdos Mudos*, hoje, *Instituto Nacional de Educação de Surdos* (INES), mantido pelo *Governo Federal*, atendendo, em seu atual *Colégio de Aplicação*, crianças, jovens e adultos surdos, de ambos os sexos.

A partir de então, os surdos brasileiros passaram a contar com uma escola especializada para sua educação e tiveram a oportunidade de criar a *Língua Brasileira de*

*Sinais* (LIBRAS), mistura da *Língua de Sinais Francesa* com os sistemas de comunicação já usados pelos surdos das mais diversas localidades.

Em 1896, A.J. de Moura e Silva, um professor do Instituto Nacional de Ensino de Surdos (INES)<sup>3</sup>, viajou para o *Instituto Francês de Surdos*, a pedido do governo brasileiro, para estudos e concluiu que o método de oralização utilizado mundialmente não se prestava para todos os surdos, começando a partir daí o estudo com a linguagem de sinais.

A garantia do direito de todos à educação, a propagação das idéias de normalização e de integração das pessoas com necessidades especiais e o aprimoramento das próteses otofônicas, fizeram com que as crianças surdas de diversos países passassem a ser encaminhadas para as escolas regulares. No Brasil, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação passaram a coordenar o ensino das crianças com necessidades especiais (inicialmente denominadas portadoras de deficiências) e surgiram as *Salas de Recursos e Classes Especiais para Surdos*, além de algumas Escolas Especiais, com recursos públicos ou privados.

Com a organização das minorias no âmbito mundial, por terem garantido seus direitos de cidadãos, as pessoas portadoras de necessidades especiais passaram a apresentar suas reivindicações; no caso dos surdos, destacando-se, entre estas reivindicações, o respeito à língua de sinais, o ensino de qualidade, o acesso aos meios de comunicação (legendas e uso do TDD) e os serviços de intérpretes.

Nesta medida, colocou-se o imperativo de se implementar a educação inclusiva para aqueles tradicionalmente excluídos de oportunidades educacionais, como os alunos com necessidades especiais ou portadores de deficiências, crianças de minorias étnicas e lingüísticas. Em outras palavras, inclusão significa criar escolas que recebam de braços abertos todos os estudantes, a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades. Todavia, não é esta a situação predominante em nosso ensino, pois, na prática, portadores de deficiências correm ainda o risco de serem excluídos da educação, por inadaptação de muitas escolas, tanto do ponto de vista estrutural quanto pedagógico.

---

<sup>3</sup> No Brasil, o regime imperial terminou em 1889, data em que se adotou o regime republicano, motivo pelo qual a escola passou a ser chamada *Instituto Nacional de Educação de Surdos*, e não mais *Imperial Instituto de Surdos Mudos*

Em 1994, em Salamanca, na Espanha, a *Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais na Educação* trouxe um grande avanço para a educação inclusiva, como nos informa seu relatório.

(...)o tema de necessidades especiais na educação – uma questão que preocupa tantos países – não pode caminhar sozinho. Deve ser parte de uma estratégia educacional mais ampla, de fato, de novas políticas sociais e econômicas. É uma chamada para uma reforma estrutural da escola convencional. (UNESCO, 1994,p.III –IV)

A Conferência de Salamanca colocou a necessidade de uma nova abordagem, que encarasse as diferenças como normalidade, tentando desenvolver sistemas educacionais que respondessem à diversidade de forma efetiva, em vez de fazer o que vinha sendo feito: incluir desconsiderando a cultura diferente do cidadão que se queria retirar da exclusão.

Verificou-se que ser surdo se trata de uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Experiência visual significa a utilização da visão (em substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete e de tecnologia de leitura.

Na cidade de Pelotas, a educação de surdos vincula-se, entre outras instituições, a um importante educandário municipal local, o centenário *Colégio Municipal Pelotense*, que recebeu a primeira turma de surdos no ano de 2000. Eram 11 jovens que chegavam com a esperança de cursar o Ensino Médio, com a habilitação no Magistério. A proposta, definida pela Secretaria Municipal de Educação, foi incrementada com a orientação da *Coordenadoria Regional de Educação*, vinculada à Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo de implantar o Ensino Médio para surdos na rede municipal, portanto, no *Colégio Municipal Pelotense*, única escola da rede municipal de ensino público a oferecer o Ensino Médio.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Conforme a legislação brasileira, as atribuições do ensino público são compartilhadas entre as três instâncias do ente público que constitui o Estado: o ensino fundamental (de 1ª a 8ª) compete aos municípios; o ensino médio (1º ao 3º) é de responsabilidade dos governos estaduais; o ensino superior é obrigatoriedade da união.



## **Relato do desenvolvimento do Programa de Educação Patrimonial para Surdos em Pelotas:**

A implantação da educação para surdos, em Pelotas, colocou, aos educadores, vários desafios. Um deles foi apostar na possibilidade de ações educativas voltadas ao Patrimônio cultural. Porém, não queríamos ações isoladas, desarticuladas, mas sim um programa integrado. Em meados do ano de 2003, após uma reunião, no Colégio Municipal Pelotense, entre a Coordenação da Área de Estudos Sociais (Geografia e História, contando neste momento com a presença da professora Ângela Tavares, da área de Física) e a coordenação do Laboratório de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL), as duas instituições decidiram estabelecer ações conjuntas para a Educação patrimonial, voltada nomeadamente aos alunos surdos.

A idéia foi avançando aos poucos. Nos dois primeiros anos, entre 2003 e 2004, foram feitas experiências pontuais, que incluíram a primeira visita da turma de surdos ao *Parque Municipal Museu da Baronesa*, e a atuação de um aluno surdo do Magistério do Colégio Pelotense como estagiário do LEPAARQ/UFPEL, sob a orientação do arqueólogo Fábio Vergara Cerqueira. A finalidade destas primeiras atividades era testar a reação dos alunos surdos ao contato com o patrimônio cultural. O jovem que estagiou no LEPAARQ/UFPEL demonstrou muito mais do que grande interesse: revelou aptidão e capacidade de compreensão. Estagiou por mais de um ano, com acompanhamento de um intérprete. Participou tanto de escavação arqueológica, realizada na praça central da cidade, quanto de atividades de laboratório, destacando-se na restauração, tendo revelado um notável talento na recomposição de peças a partir de minúsculos fragmentos.

A principal dificuldade encontrada no início do processo foi a comunicação. Além do desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o que era saneado pela intervenção do intérprete, mais grave ainda era a falta de treinamento, por parte do coordenador do estágio, para compreender minimamente a particularidade do modo de pensar do surdo. Isto demandou, ao longo da experiência com este estagiário, uma adaptação pedagógica do coordenador para repassar os conhecimentos práticos e conceituais.

No ano de 2006, foram realizadas três importantes atividades com a turma de alunos surdos, agora de forma mais sistemáticas.

1º) Visita ao Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPEL: nesta oportunidade, tiveram contato com a cultural material arqueológica, podendo conhecer peças históricas e pré-históricas, ao mesmo tempo podendo observar de perto como se desenvolve a cuidado com o material e a pesquisa.

2º) Visita à Secretaria Municipal de Cultura e passeio no entorno da Praça Cel. Pedro Osório, no coração do anel central do centro histórico de Pelotas, com o objetivo de ter um primeiro contato com esta área, povoada por inúmeros monumentos históricos e culturais. Ao mesmo tempo, visava a apresentar-lhes o programa de restauração do centro histórico que está sendo desenvolvido na cidade, o Programa Monumenta, financiado pelo Banco Mundial por meio do Ministério da Cultura do Brasil. Nesta ocasião, puderam inclusive ter contato com outras profissões relacionadas ao patrimônio, como arquitetos e historiadores.

3º) Visita ao Museu Etnográfico da Colônia Maciel, localizado na Serra dos Tapes, na região colonial de Pelotas. Este museu, coordenado pelo Prof. Fábio Vergara Cerqueira, é dedicado à memória da etnia italiana em Pelotas. Nesta visita, tiveram a oportunidade de ter um primeiro contato com a abordagem patrimonial da questão das etnias, além de poder conhecer aspectos do cotidiano de outros tempos, sobretudo de um ambiente que possuía outra relação com a natureza.

Todas estas atividades foram objeto de reflexão em sala de aula, ocasião em que se pode avaliar o impacto sobre os alunos surdos alcançado pelo contato com o patrimônio cultural, despertando sua curiosidade de conhecer mais sobre a memória de seus ancestrais, fortalecendo assim seus laços identitários com a sociedade circundante.

Na seqüência, está planejada não somente a visita a sítios históricos e arqueológicos, como o contato com instituições de preservação de memória e com profissionais que atuam no campo da Memória social e Patrimônio cultural.

### **Conclusão**

Após três anos de experiência, uma vez que o contato, o trabalho, o viver com o “outro” é sempre novidade, concluímos que a educação brasileira move-se com cautela, porém firmeza, na busca de novos horizontes para atender portadores de

necessidades especiais – os diferentes. Acreditamos que o trabalho desenvolvido no LEPAARQ tem proporcionado a toda comunidade envolvida, um crescimento em vários níveis, quais sejam: afetivo, cognitivo, social entre outros. A afirmação se fundamenta no interesse e entusiasmo dos alunos que saem da sala de aula para o ar livre, para as ruas, parques e praças conhecendo o patrimônio e se reconhecendo neste. O relato feito após cada aula, cada visita, cada passeio é sempre o mesmo: os surdos em questão (e provavelmente a grande maioria dos surdos da cidade) não conheciam nosso patrimônio arquitetônico, histórico e natural, não sabiam das belezas da sua própria terra nem da importância que o passado, visto através dos prédios, museus, monumentos, entre outros, têm para o presente e para o nosso futuro. Constatamos que, em muitos casos, estes monumentos – lugares de memória coletiva – não estão incluídos dentro do repertório de signos que integram a sua comunicação pela Língua Brasileira de Sinais. A inexistência de significantes lingüísticos para estes monumentos, implicando a própria ausência dos mesmos em sua identidade social, enquanto ícones da Memória coletiva, aponta-nos o grande valor de se desenvolver um projeto de educação patrimonial com estas populações, para que elas possam apropriar-se deste patrimônio, ressignificando-o. Não é necessário lembrar a importância desta apropriação do Patrimônio cultural por parte destes agentes sociais surdos para a promoção de sua inclusão social, na medida em que favorece o fortalecimento de sua auto-estima enquanto cidadão. O desenvolvimento inicial de nosso projeto permite-nos afirmar que, com certeza, este grupo vivencia experiências inéditas para a comunidade surda e, por este motivo, passa a ser um propagador destas novidades para que outros surdos possam reconhecer o patrimônio através do *olhar surdo*.

## BIBLIOGRAFIA

- PERLIN, Gládis. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Org. Skliar - Porto Alegre: 2ª ed. Mediação, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A inversão da surdez: cultura alteridade identidade e diferença no campo da educação*. Org. Adriana Thoma, Moura Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- Leis de Diretrizes e Base da Educação. Ministério da Educação. Governo Federal do Brasil.
- SILVA, Tomas Tadeu da. *O sujeito da Educação*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

- BORGES, Amélia Rota. *Com a palavra o surdo: O que eles tem a dizer da escola regular*. Dissertação. 2003
- SKLIAR, Carlos, Larroza, Jorge. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.
- BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues & RIETH, Flávia. É possível fazer um mapa da cultura?, *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.1, n.1, 2004, p. 81-85.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável, *Diálogos*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, vol. 9, nº 1, 2005, p. 91-110.
- CURY, I. Carta para a proteção e a gestão do Patrimônio arqueológico: Carta de Lausanne. In: CURY, I. *Cartas Patrimoniais*. Edições do patrimônio. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: as várias dimensões de um conceito. *História em Revista*. Revista do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, 2004, n.10 (Anais do VII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS), p. 29-40.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial. Orientações para os professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas Públicas de Gestão do Patrimônio Histórico, *História em Revista*. Revista do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, 2004, n.10 (Anais do VII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS), p. 17-28.
- BESSEGATTO, Mauri Luiz. *O patrimônio em sala de aula. Fragmentos de ações educativas*. 2ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004, 80p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PIÑON, Ana. Contando as crianças sobre o passado no Brasil. *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.1, n.1, 2004, p. 13-30.
- HALBACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice ed., 1990.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial. Orientações para os professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004, 72p.
- SOARES, André Luis Ramos (org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004, 120p.
- VARINE, Hugues de. Patrimônio e educação popular. In: *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre: FAPA, nº 31, 2002, p. 287-296.

